



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 62, DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2018, que Dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Jayme Campos

**RELATOR:** Senador Romário

16 de Outubro de 2019





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2018 (PL nº 2081/2015), do Deputado Vicentinho, que *dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*



SF/19513.47983-03

Relator: Senador **ROMÁRIO****I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2018, do Deputado Vicentinho, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho de Disc Jockey (DJ) Profissional, alterando também dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A proposição define o *disc jockey* (DJ) como o profissional que cria seleções de obras fixadas e de fonogramas, impressos ou não, organizando e dispondo de seu conteúdo, executando essas seleções e divulgando-as ao público, por meio de aparelhos eletromecânicos, eletrônicos, ou outro meio de reprodução, bem como aquele que manipula obras fonográficas impressas ou não, cria ou recria versões e executa montagens sonoras para a criação de obra inédita, originária ou derivada.

Estabelece, ainda, que o exercício da profissão é condicionado à conclusão de curso de educação profissional técnica de nível médio em instituições de ensino credenciadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação (art. 5º). Esse requisito é dispensado para os profissionais que exercerem

regularmente a profissão, de forma ininterrupta, por pelo menos 5 (cinco) anos, antes da publicação da lei (parágrafo único do art.5º). Além disso, está previsto o registro desses profissionais na Superintendência Regional do Trabalho (art. 6º).

Na sequência, em seu art. 7º, o projeto introduz acréscimo de uma Seção III-A no Capítulo do Título III da CLT para tratar do Disc Jockey (DJ). São normas que tratam da formalização dos contratos, intervalos para refeição e descanso, remuneração das horas suplementares com 100% sobre a hora normal, e duração da jornada máxima de trabalho desses profissionais, fixada em 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Na sua justificativa o eminente autor informa que pretende trazer novamente à discussão esse tema, tendo em vista que considera equivocado o veto presidencial apostado ao Projeto de Lei nº 322 (nº 3.265, na Câmara) que dispunha sobre essa regulamentação. Na visão dele, os DJ's compõem uma nova e pujante profissão, mas trabalham, na maioria das vezes, de forma autônoma ou expostos a contratos de trabalho sem as proteções legais previstas na legislação trabalhista. Destaca, finalmente, o diálogo mantido com segmentos que representam a categoria profissional e asseguram a necessidade de tal regulamentação.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Proposições destinadas à regulamentar profissões inserem-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, constata-se que a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto. Após sua aprovação no Colegiado, a matéria deverá seguir para o plenário.

Como registra o proponente, essa não é a primeira tentativa de regulamentar essa profissão. Infelizmente, as propostas anteriores foram



vetadas pela Presidência da República. Ainda assim, consideramos que a oportunidade de sanção pode aparecer, dadas a evolução do mercado de trabalho e o fortalecimento da categoria, que se mostra, todos os dias, mais visível. Ademais, não há qualquer problema de constitucionalidade com a regulamentação dessa profissão e as novas disposições não trarão prejuízos a outras categorias que também trabalham com a música e a cultura.

Não se pode negar que a atividade profissional de Disc Jockey (DJ) deixou de ser algo secundário ou periférico. A fama chegou para muitos, que viraram influentes protagonistas, pela sua criatividade e profissionalismo, e hoje conduzem e animam milhões de pessoas em todo o mundo. Fala-se na existência de mais de um milhão de DJ's, atuando normalmente à margem da legislação trabalhista e sem cobertura previdenciária.

A proposta concede tratamento isonômico aos DJ's em relação aos artistas que já têm sua profissão regulamentada, até para assegurar-lhes direitos que são comuns a todos os trabalhadores. A existência de uma regulamentação profissional irá ampliar a formalização dos contratos, assegurar jornadas de trabalho dignas e permitir que a categoria se organize, trocando experiências, melhorando a qualidade de trabalho e de vida.

Finalmente, é preciso registrar que não se trata de uma regulamentação minuciosa demais, que venha a impedir ou entravar o “livre exercício da profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal). A qualificação em cursos de educação profissional técnica de nível médio pode, além de fornecer conhecimento sobre equipamentos e técnicas, preparar o profissional em relação à sua segurança e saúde no trabalho.

Em suma, trata-se de uma matéria justa, atual e contemporânea, que já foi minuciosamente discutida nesta Casa e na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada reiteradamente. Esperamos que o Poder Executivo se mostre sensível a esses argumentos e conceda os justos direitos pleiteados pelos DJ's.



### III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator  
Senador Romário  
(PODEMOS/RJ)



SF/19513.47983-03



**Relatório de Registro de Presença**  
**CAS, 16/10/2019 às 09h30 - 44ª, Extraordinária**  
Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. MECIAS DE JESUS
EDUARDO GOMES	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCELO CASTRO	3. VAGO
LUIZ DO CARMO PRESENTE	4. MAILZA GOMES
LUIS CARLOS HEINZE	5. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI	1. JUÍZA SELMA
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO
ROMÁRIO PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
LEILA BARROS	1. JORGE KAJURU
WEVERTON	2. CID GOMES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO
ELIZIANE GAMA PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
HUMBERTO COSTA	1. PAULO PAIM PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO PRESENTE	2. PAULO ROCHA
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
NELSINHO TRAD	1. CARLOS VIANA PRESENTE
IRAJÁ	2. LUCAS BARRETO
OTTO ALENCAR	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
JAYME CAMPOS PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES

**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLC 138/2018)**

NA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ROMÁRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO.

16 de Outubro de 2019

Senador JAYME CAMPOS

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais